



ANO 22 Nº 04
Abril de 2013

Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Conjuntura FEE

Medidas anti-inflacionárias ou corretivas?

O debate em torno da inflação está constantemente presente na economia brasileira, mesmo após a estabilização alcançada pelo Plano Real. Em parte, isso se deve ao patamar elevado em que ocorreu essa estabilização, principalmente quando comparado internacionalmente. Assim, o tom da discussão em torno da inflação, no Brasil, sempre se eleva mais do que proporcionalmente à elevação dos índices.

A recente aceleração da inflação medida pelo IPCA, que, no acumulado de 12 meses, passou de 5,84% ao fim de 2012 para 6,31% em fevereiro deste ano, contribuiu para acentuar as preocupações. É provável que o índice supere o limite superior da meta em algum momento do ano, mesmo que, ao fim de 2013, retorne para dentro dos parâmetros estabelecidos. Acrescente-se a isso o aumento no índice de difusão da inflação, que demonstra uma generalização do aumento dos preços entre os grupos que compõem o IPCA. Reunidos, esses fatos dão motivos à preocupação por parte dos agentes, tanto os consumidores, como a autoridade monetária.

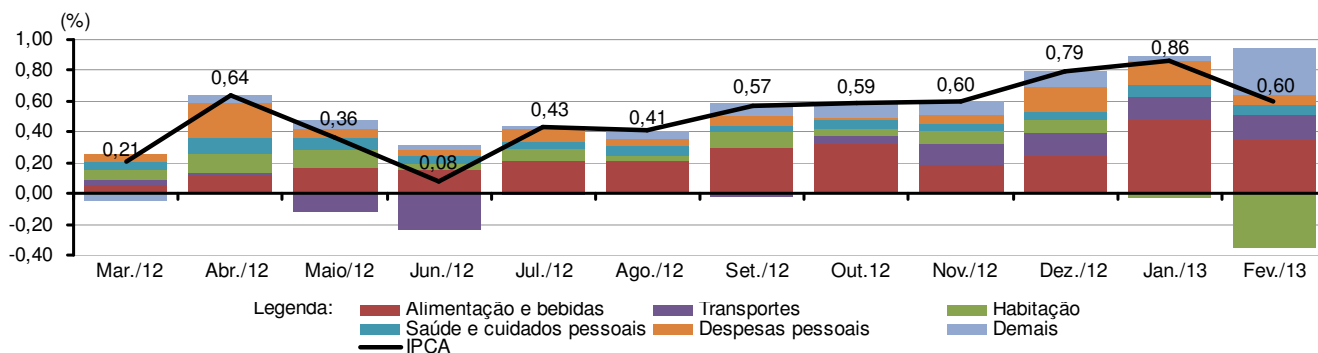
O gráfico abaixo mostra a participação dos itens na variação percentual do IPCA. Fica evidente que a maior parcela da inflação atual advém dos preços do grupo Alimentação e Bebidas, que acumulam, em 12 meses, aumento de 12,5%. Os itens Despesas Pessoais e Saúde e Cuidados Especiais, predominantemente concentrados no setor serviços, apresentam aumento acumulado de 10,7% e 6,3% respectivamente. O item Transportes acumula aumento de 1,7% em 12 meses. No primeiro semestre de 2012, esse componente apresentou contribuição negativa, devido à redução do IPI dos veículos e à contenção do preço dos combustíveis. Porém, desde o fim do ano passado, exhibe

comportamento crescente, o que deve continuar, tendo em vista a reposição gradual do imposto e a constante pressão sobre os resultados da Petrobras. O item Demais inclui a elevação no preço das escolas em fevereiro, de caráter sazonal. O impacto desses componentes sobre o índice final do IPCA foi amenizado recentemente pela redução do preço da energia elétrica, que, só em fevereiro, caiu cerca de 11%, refletindo-se na redução dos preços do grupo Habitação.

A medida de contenção do preço da energia elétrica une-se à desoneração sobre a folha de pagamentos e à retirada de impostos sobre produtos da cesta básica, com dois objetivos: (i) diminuir a parcela de renda destinada ao Estado, aumentando a renda disponível para a população e reduzindo os custos relacionados à produção e ao emprego; (ii) contribuir para conter o nível geral de preços. Dessa forma, ao perceber essas modificações exclusivamente como uma tentativa de manipulação do índice, acaba-se por desconsiderar o quanto essas medidas, ainda que iniciais, podem ser importantes para a correção de algumas distorções da estrutura tributária brasileira. Por esse motivo, deve-se notar que o impacto da diminuição do peso do Estado no orçamento das famílias e empresas pode ser maior e mais duradouro do que o impacto deflacionário. Ademais, é importante considerar que este último depende do tamanho do repasse das desonerações ao consumidor final, havendo a possibilidade de se tornarem instrumento para aumento de margens.

Assim, deve-se compreender as medidas de forma mais abrangente do que a simples relação com os índices de inflação, pois só assim capta-se a importância dos ajustes para colaborar com a correção de distorções de longa data na economia brasileira.

Composição do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) no Brasil — mar./12-fev./13



FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.

NOTA: O item **Demais** inclui artigos de residência, vestuário, educação e comunicação.

Bruno Paim
Economista, Pesquisador da FEE

O Inovar-Auto e o fomento ao desenvolvimento tecnológico

É difundida a ideia de que a indústria automobilística é estratégica para o desenvolvimento nacional. Essa visão tem por base a elevada escala de produção, o número de elos em sua cadeia produtiva e a média-alta intensidade tecnológica, fatores que conferem capacidade para impulsionar a economia. Para dar a ideia de sua importância no Brasil, montadoras e fabricantes de autopeças respondem, juntas, por cerca de 21% do PIB da indústria nacional (ANFAVEA, 2012).

O setor está sendo apoiado no âmbito do Plano Brasil Maior através de um novo regime automotivo — Inovar-Auto — para vigorar de 2013 a 2017. Seus objetivos estratégicos são: aumentar a competitividade da produção nacional; induzir a convergência tecnológica ao padrão adotado internacionalmente; fomentar o desenvolvimento e o aprimoramento de tecnologias no País; adensar a cadeia produtiva; desenvolver fornecedores locais; promover o superávit na balança comercial do setor; e melhorar a segurança e a eficiência energética dos veículos.

Para atingi-los, o Governo Federal utiliza dois instrumentos. O primeiro é a aplicação de uma taxa de 30 pontos percentuais sobre o IPI de veículos importados, que visa induzir a realização de investimentos para sua produção interna. Isso vale tanto para as novas entrantes quanto para as montadoras já instaladas, mas que importam veículos de maior valor agregado de países de fora do Mercosul. As compras de veículos produzidos no Bloco estarão isentas dessa taxa, se respeitarem os acordos comerciais em vigor. Ademais, é demandado que as empresas realizem um número mínimo de etapas de fabricação no País, em, ao menos, 80% da produção. Exige-se ainda que cada veículo, do total produzido, possua 65% ou mais de conteúdo regional. Tais medidas visam ao adensamento da cadeia produtiva do setor.

O segundo instrumento é a imposição de um conjunto de exigências para a habilitação, que devem ser cumpridas pelas montadoras para ter acesso aos incentivos. Essa regra vale não só para as montadoras tradicionais e novas entrantes, mas também para empresas que apenas comercializam no Brasil. A habilitação consiste em cumprir com dois de três requisitos, que são: 1) realizar dispêndios em pesquisa e desenvolvimento (P&D); 2) realizar dispêndios em engenharia, tecnologia industrial básica e capacitação de fornecedores; ou 3) aderir ao Programa de Etiquetagem Veicular, para melhorar a eficiência energética dos veículos. Os dois primeiros requisitos são explicitamente voltados ao desenvolvimento tecnológico. O terceiro atende ao quesito de melhora da eficiência energética, mas também implica a busca por inovações, pois requer a evolução do sistema de propulsão dos veículos. Observa-se ainda que as condições de habilitação em cada item serão progressivas no período 2013-17. Se cumpridas essas exigências, as empresas ainda farão jus a uma redução de mais dois pontos percentuais sobre o IPI normal dos veículos.

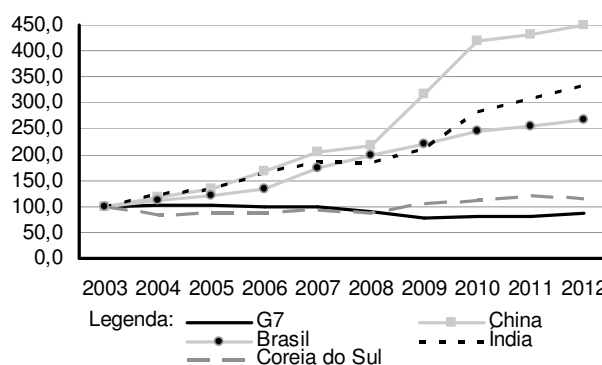
Ao analisar-se o Inovar-Auto, percebe-se um claro objetivo de aumentar o esforço tecnológico do setor. Para tanto, a estratégia adotada é a de trocar o acesso ao mercado interno por tecnologia. A sua lógica é a de utilizar o investimento direto externo de multinacionais como meio para fomentar a geração e a difusão de tecnologias na cadeia produtiva da indústria automobilística. Inclusive, espera-se

que ocorra o transbordamento de conhecimentos para outros setores correlatos, como o metal-mecânico e o eletroeletrônico, por exemplo. O objetivo é que a produção nacional de veículos e autopeças se aproxime da fronteira tecnológica da indústria automobilística mundial, e que esses conhecimentos possam ser apropriados por produtores de capital local. Evidentemente, desde que os mesmos consigam empreender os esforços necessários.

Esse tipo de estratégia vem sendo usada com sucesso por países emergentes da Ásia para promover o desenvolvimento. No caso da indústria automobilística, três experiências se destacam: Coreia do Sul, Índia e China. Essas nações também condicionaram o acesso aos seus mercados à transferência de tecnologia pelas montadoras dos países avançados, sobretudo, via operações de *joint-ventures* com produtores locais. Com isso, empresas como Hyundai, Tata Motors, Chery, e outras desenvolveram capacitações e competitividade através do aprendizado tecnológico, o que lhes têm permitido disputar mercados — inclusive o brasileiro — com as rivais de países desenvolvidos. Logo, a experiência de países emergentes atesta favoravelmente o uso ativo de política industrial.

O momento para a implantação do Inovar-Auto é favorável. O mercado dos países mais ricos (G7) já se encontrava estagnado, retraindo-se ainda mais com a crise econômica mundial. Isso torna as maiores economias emergentes um destino preferencial para novos investimentos. Particularmente, o Brasil encontra-se em meio a um importante processo de expansão da renda e melhora em sua distribuição, inclusive com incorporação de população ao mercado de consumo. Tal tendência, aliada ao potencial de crescimento da demanda de veículos, indicado pela taxa de motorização de 6,1 habitantes por veículo em 2010 contra 1,6 da média dos países do G7 (ANFAVEA, 2012), qualificam o País como um mercado em expansão, o que facilita a estratégia do Inovar-Auto.

Índice de vendas de autoveículos em mercados selecionados — 2003-12



FONTE: ANFAVEA, 2012.

OICA, 2013.

NOTA: 1. Cálculo do índice elaborado a partir da estimativa de unidades vendidas, tendo por base o ano de 2003 = 100.

2. Autoveículos compreendem automóveis, veículos comerciais leves, caminhões e ônibus.

Rodrigo Morem da Costa
Economista, Pesquisador da FEE

Construção civil: retração ou acomodação?

A indústria da construção civil, que vinha apresentando um forte dinamismo nos últimos anos, não repetiu esse comportamento em 2012. Uma das causas dessa desaceleração relaciona-se à expansão, aquém da esperada, dos investimentos públicos em infraestrutura. Conforme pesquisa do Sinduscon-SP/FGV/Ibre, o volume de recursos desembolsados pelo BNDES para esse tipo de obras foi de R\$ 49,1 bilhões até setembro de 2012. Isso representa 12% a menos que os R\$ 56,1 bilhões liberados entre janeiro e setembro de 2011.

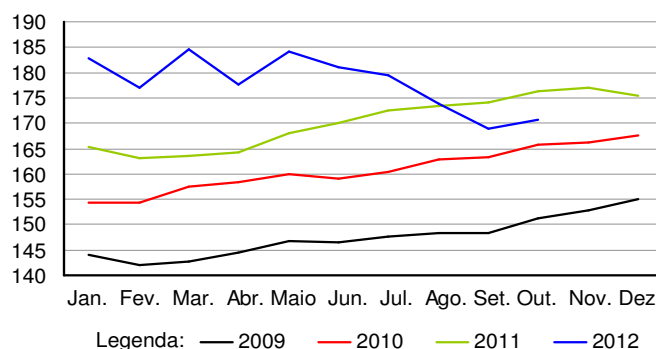
A construção civil no RS também apresentou uma desaceleração em 2012, como mostra o Índice de Atividade da Construção, medido pelo Sinduscon-RS. O setor deu mostras de um desempenho elevado e sempre crescente nos anos 2009, 2010 e 2011. Entretanto, em 2012, após passar por instabilidades no primeiro semestre, a atividade iniciou uma trajetória descendente, sinalizando uma diminuição significativa no segundo semestre, embora ainda não se tenha a série completa.

Considerando a importância da construção civil — tanto pela geração de empregos como pelos efeitos em cadeia que é capaz de engendrar — é compreensível que o Governo Federal tenha tomado medidas para compensar o arrefecimento recente. Em dezembro de 2012, foram anunciadas reduções na tributação das empresas do setor, como a desoneração da folha de pagamento, no intuito de diminuir os custos de produção e estimular a contratação de mão de obra. Foi concedida também uma redução na alíquota do Regime Especial de Tributação (RET), que reúne vários impostos (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS). Adicionalmente, as empresas com faturamento anual de até R\$ 50 milhões poderão se beneficiar de

uma linha especial de crédito para capital de giro, junto à Caixa Federal, a juros de 0,94% a. m. e prazo de até 40 meses.

Em face dos incentivos governamentais diretos para o setor e das perspectivas que se anunciam positivas (manutenção de uma taxa de juros reduzida, investimentos em infraestrutura com vistas aos eventos esportivos internacionais e ampliação do Programa Minha Casa Minha Vida), é de se esperar que o arrefecimento reflita sobretudo um período de acomodação, quando o ritmo de atividade passaria por ajustes, porém ainda mantido num patamar bastante elevado.

Índice de atividade da construção civil no RS — 2009/12



FONTE: SINDUSCON-RS.

NOTA: O índice dessazonalizado tem como base março de 1991 = 100.

Áurea Breitbach
Economista, Pesquisadora da FEE

Participação do RS nos principais destinos das exportações brasileiras

O Brasil exportou, entre 2008 e 2012, uma média anual de US\$ 210,3 bilhões. Desse total, US\$ 17,2 bilhões, ou 8,2%, foram provenientes do Estado. Nesse período, o RS foi o quarto maior estado exportador. Entretanto, ao se analisar os principais destinos das exportações gaúchas e brasileiras, nota-se que alguns países são mais importantes para o Estado do que para a média nacional.

Dentre os 20 principais destinos das exportações brasileiras, observa-se que os países nos quais o RS alcançou uma participação relativamente mais elevada foram Paraguai, Bélgica, Rússia, Argentina e Arábia Saudita. Os principais produtos que esses países demandaram do Estado foram carnes, tabaco e químicos, produtos tradicionais da estrutura produtiva gaúcha, o que facilitou a boa inserção nesses mercados. Nesse sentido, possíveis oscilações na demanda desses países por produtos brasileiros — seja por uma eventual diminuição do poder de compra, seja pela imposição de barreiras comerciais —, tendem a ter um impacto relativamente maior nas exportações estaduais do que no restante do Brasil.

Por outro lado, alguns países de destino importantes na pauta brasileira tiveram uma participação relativamente menor nas vendas externas do RS. Esses foram os casos de, por exemplo, Índia, Canadá, Japão, Países Baixos, Itália, Coreia do Sul e Estados Unidos. Isso não significa, porém, que esses países tenham pouca importância para as exportações estaduais. Na verdade, apesar de importantes, essas nações demandaram proporcionalmente menos produtos do RS na comparação com os demais estados. Por exemplo, apenas 2,7% das exportações brasileiras para a Índia no período foram provenientes do RS. Isso indica que, ressalvadas as especificidades da estrutura produtiva estadual, há espaço para o RS aumentar as suas exportações para esse destino. Uma preocupação que tem surgido nos últimos anos diz respeito à perda de participação do RS nas exportações brasileiras. Devido ao crescimento das exportações gaúchas abaixo da média nacional, a participação do Estado caiu de 9,3% em 2008 para 7,2% em 2012.

Nesse sentido, a análise da inserção do Estado entre os principais compradores de produtos brasileiros pode ajudar a encontrar um caminho para explicar esse fenômeno e, eventualmente, instrumentar políticas públicas para revertê-lo. É claro que há uma limitação na oferta de produtos que dependem de riquezas naturais ou condições climáticas que não ocorram no Estado — como, por exemplo, minério de ferro e petróleo. Porém, nos mercados em que há condições de competição, também pode haver espaço para o RS buscar aumentar a sua participação.

Média anual das exportações do RS e do Brasil — 2008-12

PAÍSES	RS (US\$ milhões)	BRASIL (US\$ milhões)	PARTICIPAÇÃO DO RS NO BRASIL (%)
Paraguai	565,8	2.461,1	23,0
Bélgica	496,5	3.747,7	13,2
Rússia	469,2	3.806,1	12,3
Argentina	1.789,0	17.924,0	10,0
Arábia Saudita ..	281,2	2.818,3	10,0
Estados Unidos	1.532,1	22.967,5	6,7
Coreia do Sul	236,9	3.749,4	6,3
Itália	270,9	4.407,6	6,1
Países Baixos ...	590,4	11.508,2	5,1
Japão	259,9	6.990,8	3,7
Canadá	71,0	2.421,8	2,9
Índia	89,3	3.357,5	2,7
Total	17.163,3	210.294,4	8,2

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Secex.

Guilherme Risco
Economista, Pesquisador da FEE

Tabela 1

Taxas de variação do IPCA e do IGP-M no Brasil — set./12-fev./13

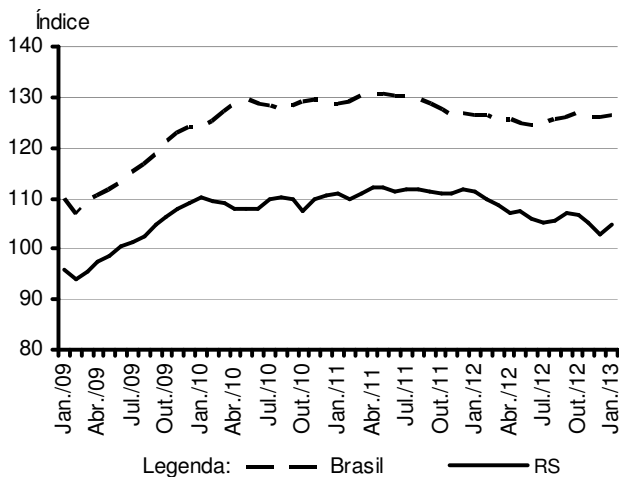
MESES	IPCA			IGP-M			(%)
	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	
Set./12	0,57	3,77	5,28	0,97	7,09	8,07	
Out./12	0,59	4,38	5,45	0,02	7,12	7,52	
Nov./12	0,60	5,01	5,53	-0,03	7,08	6,96	
Dez./12	0,79	5,84	5,84	0,68	7,81	7,81	
Jan./13	0,86	0,86	6,15	0,34	0,34	7,91	
Fev./13	0,60	1,47	6,31	0,29	0,63	8,29	

FONTE: IBGE.

Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 1

Produção física industrial no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-jan./13

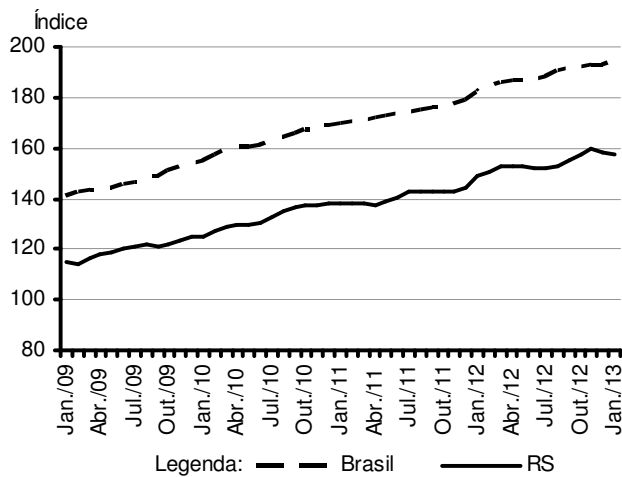


FONTE: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.
2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Gráfico 2

Volume de vendas do comércio varejista no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-jan./13



FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.
2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Tabela 2

Indicadores selecionados da economia brasileira — set./12-fev./13

INDICADORES SELECIONADOS	NO MÊS						NO ANO (1)	EM 12 MESES (1)
	Set./12	Out./12	Nov./12	Dez./12	Jan./13	Fev./13		
Taxa de câmbio (US\$) (2)	2,03	2,03	2,07	2,08	2,03	1,97	2,00	2,00
Taxa de câmbio efetiva real (3)	87,7	87,6	88,1	88,8	86,4	84,0	85,2	85,7
Taxa básica de juros (% a.a.) (4)	7,50	7,25	7,25	7,25	7,25	7,25	7,25	7,91
Superávit primário (% do PIB)	-0,5	-3,2	1,4	-5,7	-8,1	0,8	-3,7	-2,2
Balança comercial (US\$ milhões)	2.553	1.659	-187	2.249	-4.036	-1.278	-5.314	13.717
Exportações (US\$ milhões)	19.998	21.763	20.472	19.748	15.967	15.550	31.516	239.927
Importações (US\$ milhões)	-17.446	-20.104	-20.659	-17.500	-20.003	-16.827	-36.830	-226.210
Transações correntes (US\$ milhões)	-2.600	-5.431	-6.265	-8.413	-11.371	-6.625	-17.997	-63.464

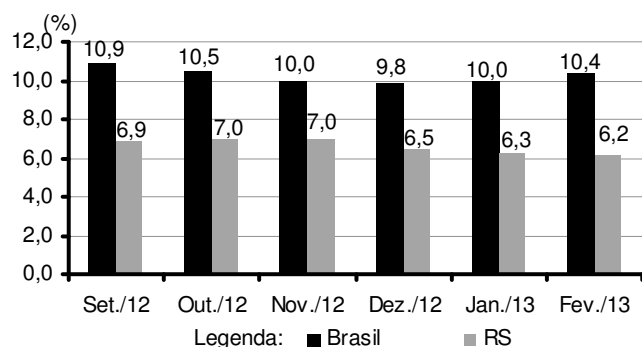
FONTE: Banco Central do Brasil.

(1) Valores médios da taxa de câmbio, do índice da taxa de câmbio efetiva real e da taxa básica de juros; resultado acumulado para os demais. (2) Taxa de câmbio livre do dólar norte-americano (compra e venda) média do período (R\$/US\$). (3) Índice da taxa de câmbio efetiva real (IPCA), jun./94 = 100. (4) Taxa vigente no último dia útil do mês.

Carta de Conjuntura - Ano 22 nº 04

Gráfico 3

Taxa de desemprego total no Brasil e no Rio Grande do Sul — set./12-fev./13

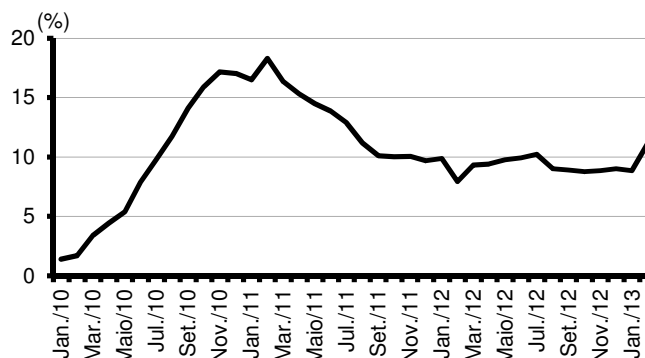


FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. Brasil corresponde ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo e o Distrito Federal.
2. Rio Grande do Sul corresponde apenas à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Gráfico 4

Taxa de variação da arrecadação do ICMS no Rio Grande do Sul — jan./10-fev./13



FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.
NOTA: Variação acumulada em 12 meses.

Tabela 3

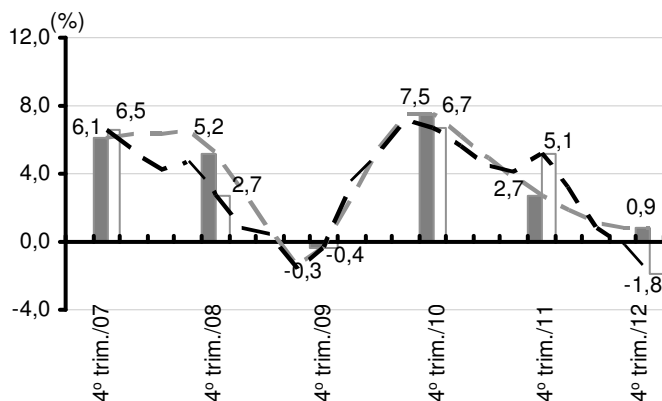
Exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul — set./12-fev./13

MESES	EXPORTAÇÕES ACUMULADAS NO ANO (US\$ FOB milhões)		PARTICIPAÇÃO RS/BR (%)	VARIÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)					
	RS	Brasil		Valor		Volume		Preço	
				RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
Set./12	13.615	180.596	7,5	-9,2	-4,9	-9,1	-1,1	0,0	-3,4
Out./12	15.098	202.360	7,5	-9,6	-4,6	-9,7	0,0	0,2	-4,2
Nov./12	16.287	222.831	7,3	-9,8	-4,7	-10,2	1,3	0,6	-5,5
Dez./12	17.386	242.580	7,2	-10,5	-5,3	-11,1	1,0	0,8	-5,7
Jan./13	1.036	15.967	6,5	-6,1	-1,1	-19,3	4,3	16,4	-5,1
Fev./13	2.118	31.516	6,7	-5,9	-7,8	-18,0	-5,2	14,7	-2,7

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Sistema Alice.

Gráfico 5

Taxa de variação do PIB, acumulada em quatro trimestres, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 4º trim./07-4º trim./12



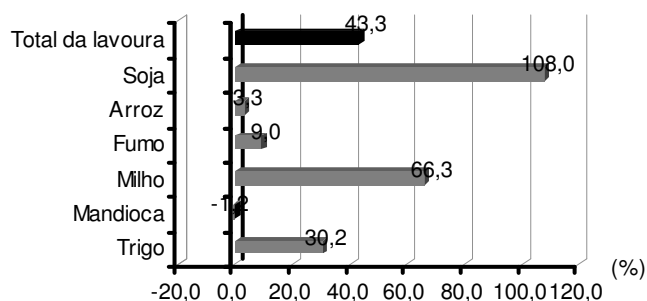
Legenda:

■ PIB do Brasil □ PIB do RS
— PIB trimestral (Brasil) — PIB trimestral (RS)

FONTE: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. FEE/CIE/NIS.

Gráfico 6

Estimativa de crescimento da lavoura e de suas principais culturas no Rio Grande do Sul — fev./13



FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. FEE/CIE/NIS.

Estudo e trabalho: a situação dos jovens gaúchos (2000-10)

Existe uma preocupação crescente, por parte do governo e da sociedade, com políticas de incentivo ao estudo. Ao mesmo tempo, há poucas pesquisas sobre os fatores que influenciam, positiva ou negativamente, o acesso à educação.

As escolhas entre trabalho e estudo por parte dos jovens estão sujeitas a diversas influências econômicas e sociais. Podemos citar como fatores intervenientes: sexo, renda domiciliar *per capita*, características do chefe do domicílio, dentre outros.

Comparando-se as mudanças ocorridas entre 2000 e 2010, observa-se que houve uma boa redução no número de jovens desocupados (que não estudam e nem trabalham), principalmente na faixa etária de 20 a 24 anos, e que há uma tendência dos jovens se inserirem no mercado de trabalho cada vez mais precocemente.

A representatividade dos jovens que trabalham aumentou principalmente entre as mulheres, reduzindo a grande diferença que havia em relação aos homens na questão de estudo e trabalho (em 2000, a maioria das mulheres de 20 a 24 anos de idade não estudava e nem trabalhava, mas, em 2010, a maioria só trabalhava).

Entre os jovens de 15 a 19 anos de idade, predomina o grupo dos que só estudam, enquanto, entre os de 20 a 24 anos, o grupo que se sobressai é o dos que só trabalham. Entre os de 15 a 19 anos que continuam estudando em 2000 e em 2010, destaca-se a relação positiva com a condição de serem filhos de chefes domiciliares, ao mesmo tempo que a relação negativa entre os jovens que não estudam e o fato de estarem trabalhando.

Entre os jovens de 20 a 24 anos de idade que continuam estudando, destacam-se dois fatores relevantes nos dois períodos analisados: em primeiro lugar, a relação com os anos de estudo do chefe domiciliar; em segundo lugar, o fato de continuarem morando com os pais.

Em média, a renda *per capita* nos domicílios dos jovens que estudam e trabalham é a mais elevada, enquanto a dos que não estudam e nem trabalham é a mais baixa. A renda *per capita* nos domicílios dos que só estudam é, em média, mais elevada do que a dos domicílios dos que só trabalham.

A média dos anos de estudo dos chefes de domicílio dos jovens gaúchos de 15 a 24 anos aumentou. Nos domicílios chefiados por pessoas com mais anos de estudo, a maior parte dos jovens só estudava em 2000, enquanto, em 2010, a maior parte estuda e também trabalha.

Relação entre estudo e trabalho dos jovens
no RS — 2000 e 2010

SITUAÇÃO	DE 15 A 19 ANOS				DE 20 A 24 ANOS			
	2000		2010		2000		2010	
					2000			
Só estuda	48,9	48,5	11,3	10,2	13,5	16,6	46,6	52,7
Estuda e trabalha	15,2	18,3	16,3	18,4	19,6	14,8	28,6	20,5
Só trabalha	16,3	18,4	46,6	52,7	19,6	14,8	28,6	20,5
Não estuda nem trabalha	19,6	14,8	28,6	20,5				

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censo Demográfico 2000 e 2010/Microdados da amostra-RS.

Gisele da Silva Ferreira
Estatística, Pesquisadora da FEE

Os gastos em Ciência e Tecnologia nos estados mais industrializados do Brasil

Nas últimas décadas, o mundo assistiu a uma transformação radical dos conhecimentos científico e tecnológico, com o desenvolvimento e a difusão da microeletrônica, da automação e das tecnologias de informação e comunicação (TIC). Essas novas tecnologias provocaram uma verdadeira revolução em como, quando, onde e para quem produzir e distribuir produtos e serviços. Por isso a importância de políticas públicas para difundir as capacidades tecnológicas de criação e assimilação de novos conhecimentos, visando aumentar as oportunidades de trabalho e o desenvolvimento econômico e social sustentável. Os dispêndios em Ciência e Tecnologia (C&T) constituem um importante instrumento de política pública.

As informações disponíveis sobre os dispêndios em C&T nos Estados mais industrializados do País sugerem que, nos anos 2000, esses gastos no Estado do Rio Grande do Sul foram menores em termos absolutos e relativos em comparação, por exemplo, com Estados como Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Mesmo levando em conta o crescimento dos gastos em C&T no ano de 2010, o orçamento executado somou 254,2 milhões de reais, correspondendo a 0,73% da receita total do Estado. Uma explicação para esse fato é o incipiente orçamento executado do RS no ensino universitário estadual, já que esse orçamento integra seu gasto em C&T, como de igual forma nos outros Estados.

Dispêndios em Ciência e Tecnologia (C&T) de Governos estaduais selecionados — 2000-10

ANOS	MG		RJ		SP		PR		RS		SC	
	Valor (R\$ milhões)	% da Receita	Valor (R\$ milhões)	% da Receita	Valor (R\$ milhões)	% da Receita	Valor (R\$ milhões)	% da Receita	Valor (R\$ milhões)	% da Receita	Valor (R\$ milhões)	% da Receita
2000	65,3	0,46	250,7	1,59	2.044,50	4,72	182,9	1,80	85,6	0,89	5,6	0,10
2002	55,6	0,34	196,2	1,02	2.592,10	4,89	256,0	2,57	53,3	0,44	45,7	0,65
2004	106,7	0,49	276,4	1,00	2.675,50	4,07	314,0	2,57	70,6	0,49	40,5	0,53
2006	218,4	0,75	302,6	0,89	2.601,00	3,09	365,1	2,47	68,1	0,38	68,7	0,97
2008	403,8	1,01	491,8	1,15	4.302,40	3,56	425,3	2,27	77,3	0,32	278,0	2,41
2010	557,0	1,20	685,2	1,35	5.609,40	3,76	600,1	2,70	254,2	0,73	328,0	2,49

FONTE: MCTI.

NOTA: C&T = Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) + Atividades Científicas e Técnicas Correlatas (ACTC).

Glaison Augusto Guerrero
Economista, Pesquisador da FEE

Dupla jornada de trabalho: desigualdade entre homens e mulheres

As desigualdades de gênero no Brasil expressam-se através de aspectos diversos, abrangendo a esfera tanto pública como privada. Nesse contexto, constata-se que, mesmo após mais de um século de grandes mudanças políticas e sociais, período no qual a clivagem entre os tradicionais papéis masculino e feminino tem sido questionada, as relações assimétricas de poder entre os gêneros ainda se mantêm, determinando uma ascensão desigual das mulheres em relação às oportunidades econômicas e sociais que compõem o processo de desenvolvimento.

No que se refere ao mundo do trabalho, as diferenças históricas entre homens e mulheres em relação a acesso ao mercado de trabalho formal, condições de remuneração, empregabilidade, proteção social e direitos trabalhistas fundamentais somam-se a uma carga maior para o sexo feminino no que diz respeito aos afazeres domésticos.

Em termos sociais e culturais, segue sendo atribuída às mulheres a responsabilidade de grande parte do trabalho doméstico, bem como do cuidado de crianças, idosos e de pessoas com deficiências, ou seja, atividades não remuneradas no âmbito privado, enquanto aos homens caberia a parcela maior de produção mercantil remunerada no espaço público. Desse modo, apesar da crescente incorporação das mulheres ao mercado laboral, elas não conseguem desvincular-se do papel social a elas designado, o que dificulta suas possibilidades de participar equitativamente das oportunidades e gera uma sobrecarga física que prejudica suas condições de bem-estar.

Considerando-se que o equilíbrio entre o trabalho remunerado e as responsabilidades familiares constitui um grande desafio, o indicador de uso do tempo, elaborado com dados da PNAD-IBGE e referências da CEPAL e da OIT-ONU, contribui para demonstrar a desigualdade de gênero, evidenciando o peso da dupla jornada de trabalho para as mulheres brasileiras. Nesse sentido, o indicador mostra a jornada semanal total de trabalho, somando-se o número médio de horas semanais dedicadas ao mercado de trabalho e as destinadas aos afazeres domésticos, da população ocupada com 16 anos ou mais de idade.

Os resultados dos dados da PNAD em 2011 mostram que, embora as mulheres, no Brasil, tivessem uma participação menor do que os homens em termos de horas semanais no mercado de trabalho (36,9 e 42,6 respectivamente), elas dedicavam, em média, 21,8 horas semanais às tarefas domésticas e de cuidado (reprodução social), representando

mais do que o dobro de tempo da dedicação dos homens, com 10,3 horas semanais. Desse modo, acrescentando-se a média de horas semanais no mercado de trabalho, a jornada dupla das mulheres brasileiras chegava a 58,7 horas totais por semana, contra 52,9 dos homens.

Por outro lado, ao se contemplar o tipo de afazeres domésticos executados pelos homens, um estudo realizado pelo IPEA em 2010 ressalta que a participação masculina mais frequente nessas tarefas está concentrada em atividades interativas e em espaços fora do lar, como a realização de compras de mantimentos em supermercados e o transporte dos filhos para a escola; no âmbito do domicílio, os homens se dedicam esporadicamente a atividades de manutenção doméstica, como reparos e consertos.

Ao se fazer a análise do indicador de uso do tempo no conjunto das unidades federativas (UF), observa-se que, em todas as 27 UF, as jornadas semanais totais da população ocupada eram mais extensas para as mulheres. Os estados brasileiros onde as trabalhadoras apresentavam a maior jornada são, por ordem: Alagoas (63,1 horas totais e 28,6 de trabalho doméstico); Amapá (62,1 horas totais e 23,3 de trabalho doméstico); Pernambuco (61,9 horas totais e 24,5 de trabalho doméstico); Ceará (61,5 horas totais e 24,7 de trabalho doméstico) e São Paulo (59,8 horas totais e 20,8 de trabalho doméstico). No caso do Rio Grande do Sul, que se encontrava na 10ª posição desse *ranking*, a jornada total para as mulheres era de 59,1 horas, com 21,1 horas semanais de afazeres domésticos.

Essa desigualdade se reflete nas condições de reprodução da pobreza e de baixa qualidade de vida, especialmente entre mulheres jovens com filhos pequenos, e se combina a outros fatores, como a carência de serviços de proteção à maternidade e o número ainda reduzido de creches e pré-escolas.

Evidencia-se, portanto, uma situação delicada para as mulheres brasileiras contemporâneas, que se debatem entre conciliar antigos e novos papéis, na tentativa de equilibrar as atribuições no trabalho, na vida pessoal e na familiar.

Assim, as estratégias de promoção de igualdade de gênero no mundo do trabalho exigem a atenção e ações articuladas no âmbito das políticas públicas e da sociedade civil, para que se possa repensar as formas de organização do trabalho nas suas diferentes esferas, tanto pública como privada.

Número médio de horas semanais dedicadas ao mercado de trabalho e aos afazeres domésticos pela população ocupada de 16 anos ou mais de idade no Brasil e em Unidades da Federação selecionadas — 2011

ÁREA GEOGRÁFICA	MERCADO DE TRABALHO (A)		AFAZERES DOMÉSTICOS (B)		JORNADA SEMANAL TOTAL (A + B)		CLASSIFICAÇÃO
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
Brasil	42,6	36,9	10,3	21,8	52,9	58,7	-
Alagoas	41,0	34,6	13,2	28,6	54,2	63,1	1ª
Amapá	44,0	38,8	12,0	23,3	56,0	62,1	2ª
Pernambuco	41,4	37,4	13,3	24,5	54,8	61,9	3ª
Ceará	42,0	36,8	12,0	24,7	54,0	61,5	4ª
São Paulo	43,7	38,9	9,9	20,8	53,5	59,8	5ª
Rio Grande do Sul	44,0	38,1	10,3	21,1	54,3	59,1	10ª

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE/Microdados da PNAD 2011.

A Venezuela e o Brasil

Dentre as diversas homenagens ao recém-falecido Hugo Chávez, há uma interessante lembrança de Fidel Castro de uma visita sua à Venezuela, em 1959, quando teria dito que a pátria de Simon Bolívar deveria liderar a união dos povos americanos. Cerca de 40 anos depois, as ações da política externa venezuelana passaram a contribuir, de forma decisiva, para a comunidade de América Latina e Caribe e tornaram o vizinho um aliado fundamental ao interesse brasileiro na integração da região.

No começo do século XXI, ventos de mudança política produziram um movimento apenas comparável, em abrangência geográfica, sincronia temporal e efeito transformador, com o processo de independência de 200 anos atrás. O ponto de partida dessa mudança histórica foi a eleição de Hugo Chávez à presidência, em 1998, seguida por Lula no Brasil, em 2002; Néstor Kirchner na Argentina, em 2003; Tabaré Vázquez no Uruguai, em 2005; Evo Morales na Bolívia, Rafael Correa no Equador e Daniel Ortega na Nicarágua, em 2006 — numa sequência de eleições que continuou e ergueu uma onda esquerdista na maior parte da América Latina e Caribe.

Dois aspectos desse movimento transformador retomam temas presentes na independência, a autodeterminação e a integração política e econômica. De certa forma, o que está se passando hoje é um passo adiante na concretização de algo já percebido como necessário nos idos de 1810, principalmente pelas ideias premonitórias de Bolívar: afastar-se dos Estados Unidos e construir uma comunidade latino-americana e caribenha.

A perseguição desses objetivos veio sendo liderada, num primeiro momento de maneira paralela, por iniciativas de Brasil e Venezuela, como a criação da ALBA e o fortalecimento do Mercosul. Entretanto, de forma natural, e ao arrepio de quantos falavam em uma disputa de liderança, esses movimentos foram se alinhando numa convergência que não apenas anulou a proposta norte-americana de uma zona de livre comércio continental, a ALCA, como se consolidou com o ingresso da Venezuela no Mercosul e a criação da UNASUL, do Conselho de Defesa Sul-Americano, do Banco do Sul e da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos.

Integração e autonomia são desígnios que se combinaram com retomada do crescimento econômico, redistribuição de renda, redução da pobreza e melhorias sociais, que têm caracterizado a atual conjuntura. Essas novas realidades deram oportunidade à abertura de uma via alternativa de desenvolvimento que se poderia descrever como regionalista e endógena, tendo como centro dinâmico a ampliação do mercado interno propiciada pela expansão da renda das classes populares.

Oposto ao neoextrativismo, cuja dinâmica é dada pelo crescimento das exportações de produtos naturais, o regionalismo endógeno seria um modelo baseado em expansão do consumo de massa, avanço da indústria, elevação de produtividade e ganhos de complementaridade através da integração das economias da região. Esses objetivos são viabilizados pela realocação do excedente e redirecionamento do investimento com um novo padrão de financiamento: em lugar do recurso ao endividamento externo, redistribuição da renda do setor extrativista e mudança do padrão de gasto público.

Há duas vias na construção desse novo modelo latino-americano, cujos casos típicos são Brasil e Venezuela. Por razões que vão da tradição histórica distinta ao modo como o enfrentamento político veio acontecendo e a seu resultado no sentido da mudança na correlação de forças entre as classes sociais e forças organizadas em cada caso, houve uma maior ou menor permanência dos interesses das oligarquias tradicionais e seus aliados no sistema financeiro e nas grandes corporações empresariais e multinacionais, aí incluída a grande mídia, a influenciar as decisões dos novos governos. Manifestando seu usual reducionismo, os conservadores falam em “radicalismo” e “moderação” e os atribuem à personalidade das lideranças.

Na verdade, essas diferenças resultam do padrão da luta de classes em cada país e são condicionadas por especificidades geográficas e históricas. Para alguns países, uma nova modalidade de apropriação da renda dos recursos naturais, como petróleo na Venezuela ou gás na Bolívia e Equador e de excedentes de exportação, possibilitaram a redistribuição de renda intermediada pelo Estado, que elevou o padrão de vida de uma parcela significativa da população e viabilizou a expansão do consumo. Para outros, caso do Brasil, foi a redução do rentismo financeiro com a solução do problema do endividamento e melhoria da situação fiscal que deram lugar ao redirecionamento do gasto público na promoção de políticas sociais. E ainda houve espaço para uma combinação dos dois movimentos, como na Argentina, com as *retenciones*, o *canje* da dívida externa e a reestatização da previdência.

Uma indefinição permanece. O novo papel do Estado, ou avançará, no sentido de iniciar uma transição ao socialismo, ou ficará restrito a uma reforma do capitalismo que fortaleça a autonomia de suas burguesias nacionais e promova sua ascensão à situação de competidoras no cenário decisivo do mercado mundial, a partir da consolidação, com o apoio de seus governos, da condição de “campeões” empresariais regionais.

Luiz A. E. Faria
Economista, Pesquisador da FEE

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 02.04.13).

ISSN 1517-7262

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã.

 **Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: Adalmir Antonio Marquetti

Diretor Técnico: André Luis Forti Scherer

Diretor Administrativo: Roberto Pereira da Rocha

Conselho Editorial: André Luis Forti Scherer, Cecília Rutkoski Hoff, Fernando Maccari Lara, Renato Antônio Dal Maso e Míriam De Toni.

Núcleo de Dados: Rafael Bernardini Santos.

Editoração: Breno Camargo Serafini (revisão) e Jadir Vieira Espinosa (diagramação).

Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691

Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: carta@fee.tche.br

Twitter: @cartafee

www.fee.rs.gov.br